



OS GRUPOS DE ONZE COMPANHEIROS NO PARANÁ: A DEFESA DAS REFORMAS DE BASE

Doi: 10.4025/8cih.pphuem.3573

Luana Milani Pradela, UNIOESTE

Resumo

Os Grupos de Onze Companheiros ou Comandos Nacionalistas, foram convocados pelo político Leonel Brizola – vinculado ao PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) – através de seus discursos na Rádio Mayrink Veiga, em 1963, num contexto de instabilidade política e econômica. Formaram-se por todo o país, com objetivos definidos pelo próprio Brizola: defesa das conquistas democráticas; implantação imediata das reformas de base; libertação nacional da espoliação internacional. Apesar de não agirem diante da instauração do golpe militar de 1964, foram severamente vigiados e reprimidos pelos órgãos repressivos da ditadura. No Paraná, inúmeros Grupos de Onze Companheiros foram formados, considerando as condições precárias de vida que levavam, que influenciados pelos discursos calorosos de Brizola, buscavam alternativas de luta. A partir dos documentos da DOPS-PR (Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná), é possível identificar os sujeitos que se vincularam aos grupos e seus objetivos, especialmente através das cartas enviadas por esses sujeitos à Brizola, nas quais declaravam seu apoio e os motivos que os levavam a se vincular aos grupos. Em sua maioria trabalhadores do campo, deslumbravam-se com a possibilidade da implantação das reformas de base, especialmente a reforma agrária, sem romper com a ordem democrática. Identificar a formação desses grupos, é compreender que estes trabalhadores tinham consciência do contexto político e social que vivenciavam e da necessidade de mudanças, e de como o regime ditatorial agiu para reprimir quaisquer possibilidades de luta.

Palavras Chave:

Ditadura Militar; Grupos de Onze Companheiros; Leonel Brizola.

Quando os Grupos de Onze Companheiros ou Comandos Nacionalistas foram convocados pelo político Leonel Brizola em 1963, rapidamente foram caracterizados como movimentos “comunistas”, “subversivos da ordem democrática”. Surgidos em um contexto de intensa crise política e econômica, de uma disputa entre forças reformistas e conservadoras, alarmaram os grupos conservadores articuladores do golpe, que intensificaram a campanha anticomunista e conspiratória que já vinham exercendo contra o governo de João Goulart (BALDISSERA, 2003, p. 56).

Os sujeitos envolvidos com os grupos foram severamente reprimidos no imediato pós golpe, sofrendo sequestros, prisões, torturas e extenuantes processos, e apesar de inocentados, restaram-lhes a vergonha das prisões, o sofrimento das torturas e as consequências que esses elementos acarretaram para suas vidas.

Identificar quem eram esses sujeitos e os objetivos pelos quais se organizavam possibilita desconstruir a perspectiva difundida no contexto do golpe e pós-golpe, de que eram núcleos guerrilheiros estruturados contra a ordem democrática, mas sim trabalhadores que tinham consciência de era preciso mudanças.

Para compreender a criminalização dos Grupos de Onze Companheiros, é preciso recuar ao processo golpista que se organizou antes da ascensão de Goulart ao poder.

Frações da classe dominante e setores militares em defesa de uma política expansionista do capital monopolista, buscavam a abertura ao capital estrangeiro no país, a qual sofre restrições na década de 60. Mesmo com a eleição de Jânio Quadros, político que satisfazia as forças socioeconômicas modernizante-conservadoras, vinculados aos interesses multinacionais associados, cujos membros tiveram grande respaldo na formação de seus Ministérios (Dreyfus, p. 126, 1981),

ele renuncia sete meses depois, abrindo espaço para a ascensão do vice-presidente João Goulart, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e herdeiro de uma política nacionalista e trabalhista varguista, considerado ameaça aos interesses dos setores multinacionais e associados.

Para barrar a ascensão de Goulart à presidência, setores militares e empresariais articulam a tentativa de um golpe, que é derrotada a partir da organização popular, convocada, essencialmente, por Leonel Brizola, então governador do Rio Grande do Sul.

Este momento é conhecido pela Campanha da Legalidade, dando destaque nacional a Brizola, somado às suas ações de cunho reformista enquanto governador do estado, como a desapropriação de poderosas corporações norte-americanas (o que definitivamente, não ia ao encontro dos interesses do capital monopolista), liberdade para movimentos reivindicatórios, incentivo de movimentos de agricultores sem-terra, visando a Reforma Agrária, ações que chocavam os círculos mais conservadores, que o acusavam de “patrocinar a agitação”. (BANDEIRA, 1979, p. 72)

Com o fracasso da tentativa de golpe, Goulart assume o poder numa política parlamentarista. Setores militares e multinacionais e associados passam a se articular no complexo IPES/IBAD na tentativa de agir contra o governo nacional-reformista de João Goulart e contra o alinhamento de forças sociais que o apoiavam em sua administração na busca de implementar uma melhor distribuição de renda, o que ameaçava os interesses empresariais. (DREYFUS, 1981, p.181)

Através de divulgação de publicações, palestras, simpósios, conferências de personalidades famosas por meio da imprensa, debates públicos, filmes, peças teatrais, desenhos animados, entrevistas e propaganda no rádio e na televisão, publicação de livros, panfletos, periódicos, jornais, revistas e folhetos

(Idem, p.232), os intelectuais do complexo difundiam uma imagem do governo como ineficiente e vinculava Goulart e seus apoiadores ao comunismo, dentro de uma lógica que constituía o comunismo como “inimigo interno”, fortalecida por setores militares vinculados à ESG (Escola Superior de Guerra), que buscava convencer a população de que tudo o que se contrapunha ao capitalismo fazia parte do inimigo.

Mas as pressões contra o governo não vinham apenas dos setores conservadores. Dentro da ala nacionalista, Brizola

Decidido a forçar o presidente João Goulart a tomar uma postura mais firme no tocante às Reformas de Base e a pressionar o Congresso a viabilizar a sua votação, Leonel Brizola toma, no final do ano de 1963, além da retórica, atitudes mais concretas, como a formação dos Grupos de Onze. Estava ele convencido de que haveria um golpe oriundo das forças conservadoras (...). (BALDISSERA, 2003, p. 57)

Brizola, constantemente vinculado ao comunismo e a formas de atuação não democráticas pelos setores opositores – particularmente devido às suas ações consideradas “radicais” enquanto governador do Rio Grande do Sul – assume a posição de deputado federal do antigo estado da Guanabara. É neste contexto que, diante do clima de tensão política convoca a formação dos Grupos de Onze Companheiros¹ em 1963, a partir de pronunciamentos na Rádio Mayrink Veiga, na Guanabara. Após dois anos de governo Goulart, Brizola

(...) julgava que o Governo Federal atuava de forma pouco definida,

sem princípios muito claros, negociando e se comprometendo, sem tomar medidas adequadas de defesa, para evitar o desgaste e romper o cerco que as forças conservadoras promoviam, em aliança com os interesses estrangeiros. (BANDEIRA, 1979, p. 88)

Entre 19 e 25 de outubro, faz um pronunciamento ao povo brasileiro através de uma cadeia de estações de rádio liderada pela Mayrink Veiga, pelos quais

evitados de metáforas e redundâncias, Brizola conclamou o povo a organizar-se em grupos que, unidos, iriam formar o ‘Exército Popular de Libertação’. Comparou esses grupos com equipes de futebol, e os 11 ‘jogadores’, seriam os ‘títulos’ para ‘construir o nosso edifício’. (COUTO, p. 91, apud BALDISSERA, p. 61).

Além dos pronunciamentos, em 29 de novembro de 1963, é divulgada também uma cartilha dos “Grupos dos Onze Companheiros ou Comandos Nacionalistas”, a qual era composta por dez páginas impressas, com as diretrizes gerais para a formação dos grupos, os quais deveriam enviar a ata de formação de cada grupo, cujo modelo constava no final da cartilha, e a lista com os nomes dos integrantes ao endereço da rádio, na Rua Mayrink Veiga, nº 15. (BALDISSERA, 2003, p. 62).

Segundo o Manual de Organização², denunciavam a aproximação de um “desfecho”, ao qual relacionava com um golpe e uma ditadura, e que diante deste “desfecho”, dever-se-ia fazer uma escolha: “Ou estaremos com o povo ou com o anti-povo. Para Brizola, o “anti-povo” era uma “minoridade de brasileiros e vendilhões da Pátria, minoria

¹ Também denominados de “Grupos dos Onze”, “Comandos Nacionalistas”, “Grupos de Onze”, variando de acordo com a região. Optaremos pela denominação “Grupo dos Onze”, utilizada pelos arquivos do DOPS/PR.

² O Manual se encontra entre os documentos referentes aos Grupos dos Onze encontrados no acervo da DOPS/PR (Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná), localizada no Arquivo Público Nacional, em Curitiba-PR.

poderosa e dominante sobre a vida nacional”, vinculado ao latifúndio, a economia e a finança, a grande empresa, aos controladores da política até aos negócios internacionais, associados ao processo de espoliação do povo brasileiro. (Manual de Organização dos Grupos de Onze Companheiros ou Comandos Nacionalistas, 1963).

A intenção dos grupos, portanto, apresentada no manual, era canalizar as forças inconformadas dos milhões de brasileiros, que, segundo Brizola, estavam prontos para agir, mas sofriam com a inexistência de uma organização. Os objetivos apresentados eram:

Atuação organizada em defesa das conquistas democráticas de nosso povo (luta e resistência contra qualquer tentativa de golpe, venha donde vier), pela instituição de uma democracia autêntica e nacionalista, pela imediata concretização das reformas, em especial da reforma agrária e urbana, e sagrada determinação de luta pela libertação de nossa pátria da espoliação internacional. (Idem, p. 8)

Os grupos, organizados com 11 elementos, tinha por objetivo se assemelhar com a organização de um time de futebol, para que estivessem ao alcance da “compreensão e possibilidades de nossa gente” (Idem), já que o futebol era (e é) um esporte bastante difundido no país e entre as camadas mais populares. Para tanto, o grupo deveria ter um líder (capitão da equipe) e agir conjuntamente, pois uma “equipe pouco significa se cada um de seus integrantes age por si, isoladamente” no enfrentamento do adversário organizado. (Idem, p. 7)

Assim se formaram os grupos por todo o país, pautados numa identificação com os discursos de Brizola, que “traduziam os anseios e necessidades da população para uma linguagem acessível” (RIGHI, 2015, p. 29), e por tanto, angariava inúmeros seguidores. Muitos grupos se formaram na região Sul

do país, especialmente no Rio Grande do Sul, onde Brizola nasceu e construiu grande parte de sua carreira política. Mas no Paraná, para onde vieram muitos migrantes gaúchos, não foi muito diferente.

A partir dos documentos da Delegacia de Ordem Política e Social, arquivados no Acervo Público do Paraná, em Curitiba, foi possível encontrar diversos registros relacionados aos Grupos dos Onze no estado. Encontram-se entre os arquivos, relatórios, informes, ofícios expedidos e recebidos, radiogramas, telegramas, fichas de identificação criminal, pedidos de busca e apreensão e inquéritos, bem como documentos elaborados e apreendidos pelos grupos, como cartas, atas e listas com os nomes dos membros.

Seguindo o aconselhamento pronunciado por Brizola, os grupos se organizavam e enviavam seus nomes em uma lista de acordo com o modelo encaminhado junto ao Manual de Organização, identificando de onde eram os grupos e quem eram seus membros, bem como o “capitão” escolhido. Além do envio das listas, muitos membros enviavam cartas solicitando instruções de como agir e expondo seus objetivos.

Não se pode determinar um tipo social específico vinculado aos grupos. Os envolvidos variam bastante dependendo da localização. Em Santa Catarina, por exemplo, Pacheco aponta 113 casos estudados, sendo os sujeitos envolvidos essencialmente trabalhadores urbanos, homens, de classe média ou baixa (PACHECO, p. 125/126); Baldissera, ao analisar a região do Alto Uruguai, no Rio Grande do Sul, aponta que os grupos eram compostos “principalmente por pequenos agricultores semianalfabetos e brizolistas convictos” que acompanhavam os pronunciamentos de Brizola pela rádio. (BALDISSERA, 2003, p.6).

No caso do Paraná, as 27 cartas e atas analisadas até aqui, a maioria são assinadas por agricultores e operários, mas

há também um médico e um professor. Junto às cartas, geralmente acompanham listas de nomes. A origem das cartas é bastante variada, porém, a maior parte se encontra entre a região Sudoeste e Norte do estado.

Apesar da variedade, os objetivos apresentados nas cartas encontram-se dentro das propostas de Brizola ressaltadas no Manual de Organização, dentro uma ordem democrática, rompendo com a ideia difundida pelos grandes meios de comunicação, com vínculos com os setores golpistas, de que os grupos formavam células comunistas ou focos de guerrilha. (RIGHI, 2015, p.28), na busca de legitimar o argumento de que havia dois golpes em marcha, e que os grupos representavam uma ameaça à ordem democrática.

Os assinantes sempre se identificam enquanto “nacionalistas”. O objetivo que se destaca é defesa das Reformas de Base, especialmente a Reforma Agrária, visto que grande parte do Paraná era rural, e as condições de vida no campo para os trabalhadores eram bastante precárias.

No Paraná, desde os primórdios a situação agrária se desenvolveu irregularmente. De acordo com Serra,

“Emancipado politicamente em 1853 (até então fazia parte da Província de São Paulo) o Paraná incorpora mecanismos de acesso à terra vigente antes da emancipação, caso de sesmarias e de grandes posses regulamentadas por meio da Lei de Terras (Lei 601, de 1850), passando a partir daí a desenvolver mecanismos próprios que vão se sustentar, principalmente, pela colonização oficial e empresarial privada. Convivendo com a colonização, a estratégia mais

utilizada como forma de repartição da terra, vão persistir os meios ilícitos (sem amparo legal) de conquista da terra: a posse a grilagem. Desvios de terras de domínio público se tornam constantes, mesmo em áreas em fase de ocupação, o que vai gerar os primeiros focos de violência no campo” (SERRA, 2010, p. 75-76)

Essa violência permanece no contexto após o fim da fase de Colonização, entre a década 1950 e 1960. O interesse econômico nas terras do Paraná volta-se para a produção de café, especialmente no Norte do estado. Com a crise do café, agricultores começam a sofrer com as consequências. Somado a isto, ocorre a edição do trabalhador rural com uma legislação trabalhista para os trabalhadores do campo, que apesar de garantir direitos que até então estes trabalhadores não tinham, gera um choque inicial, em que muitos trabalhadores são demitidos por seus patrões. Os pequenos proprietários, sem condições de sustentar a produção sem funcionários, utilizavam-se da compra de maquinários, endividando-se e perdendo parte das terras para pagar tais dívidas. (SERRA, 2010, p. 82)

Ainda pode-se apontar a modernização da produção no campo, principalmente a partir da década de 60, que não contemplava às pequenas propriedades, as quais vão gradativamente desaparecendo. (idem, p. 83)

Fatores como estes demonstram as condições precárias do trabalhador do campo, muitos dos quais, incentivados pelos discursos de Brizola, nos quais podiam encontrar elementos de identificação, acabavam vinculando-se aos “Grupos dos Onze”, que viam na defesa da Reforma Agrária e das demais reformas de base³, uma possibilidade de melhorar as

³ Entre as reformas, encontravam-se: Reforma agrária com emenda do artigo da Constituição que previa a indenização prévia e em dinheiro; Reforma política, com extensão do direito de voto

aos analfabetos e praças de pré, segundo a doutrina de que ‘os alistáveis devem ser elegíveis’; Reforma universitária, assegurando plena liberdade de ensino e abolindo a vitaliciedade da

condições de vida. Segundo Bandeira, estas reformas,

(...) evidentemente, não visavam ao socialismo. Eram reformas democráticas e tendiam a viabilizar o capitalismo no Brasil, embora sobre outros alicerces, arrancando-o do atraso e dando-lhe maior autonomia e independência, ou seja, maior capacidade de autotransformação e autosustentação. A reforma agrária, que o empresariado industrial retardatário, raquítico e umbilicalmente vinculado ao latifúndio, não tivera condições de executar, constituía, sobretudo, um instrumento para a ampliação do mercado interno, necessária ao desenvolvimento do próprio parque industrial do Brasil. (...) Goulart responsabilizava essa má distribuição das terras pelo seu baixíssimo índice de aproveitamento das lavouras e entendia que o instituto da propriedade estaria melhor defendido se 10 milhões de brasileiros e não apenas 3.350 milhões dele se beneficiassem. (BANDEIRA, 2001, P. 164)

É neste contexto de miséria e luta pela reforma agrária, que os grupos se formavam e muitas cartas eram enviadas à Brizola, expressando suas mazelas e os interesses nas Reformas de Base.

A defesa das Reformas de Base pode ser observada na Ata a seguir, de março de 1964, poucos dias antes do golpe militar:

Nós, os 11 brasileiros abaixo assinados, constituímos nesta data um “Comando nacionalista”. Bairro da Água do Jaborandi. (Cambê)

Escolhemos para líder e comandante o companheiro Adalberto Alves Barboza e, nesta data estamos também comunicando nossa *desisção* ao

líder nacionalista Leonel de Moura Brizola de nossos objetivos: **Defesa das conquistas democráticas de nosso povo, realização imediata das Reformas de Base (principalmente a reforma Agrária)** e a libertação de nossa Pátria da espoliação internacional conforme a denúncia que está na Carta-Testamento do Presidente Getúlio Vargas.

Água do Jaborandi, 24 de março de 1964 (Arquivo da DOPS/PR, pasta “G-11”, grifos nossos).⁴

A grafia original é mantida, o que nos leva a reflexão sobre o grau de alfabetização dos envolvidos nos grupos. Percebe-se também a defesa das “conquistas democráticas”, não indicando nenhuma alusão ao comunismo ou ações que contrariassem a ordem democrática estabelecida.

Pode-se reforçar esta análise com a carta a seguir, enviada da cidade de Umuarama,

Sr. Dr. Leonel de Moura Brizola

Deputado Federal

Brasília – Distrito Federal

Exmo. Senhor

Presado companheiro, temos a honra e respeito que o faz jús. **Hipotecar-nos inteira solidariedade na campanha em favor das Reformas de Base**, da qual V. Excia. tem baluarte de projeção nacional. **Já não podendo mais o povo brasileiro, espoliado e explorado até onde o termo alcança, ficar surdos aos gritos de alerta de V. Excia. e tantos nacionalistas autênticos, que desejam realmente o engrandecimento de nossa Pátria, quase a beira do caos.**

E que, para mostrar bem claro nosso protesto, contra os

cátedra; Reforma da Constituição para delegação de poderes legislativos ao Presidente da República

⁴ Os nomes presentes nas listas não serão apresentados nesta discussão.

demolidores e monopolizadores dos direitos que nos confere à **Democracia**, subscrevemos abaixo: (...) (Arquivo da DOPS/PR, pasta “G-11”, grifos nossos)

Retoma-se a defesa das reformas de base e da democracia, além de demonstrar a percepção dos sujeitos envolvidos sobre as condições de “exploração e espoliação” vivenciadas.

Ainda mais acusatórias sobre o contexto vivenciado são as palavras presentes numa carta não identificada, mas que chama bastante atenção por seu conteúdo:

Sr. Deputado Leonel Brizola

Radio Mairique Veiga, Rio de Janeiro

Venno por meio desta pedindo ao Srs. os vossos *concilio* (conselhos) escutei na radio a vossa *franquesa*, **aos brasileiros sacrificados, prejudicado, nos aqui ansiosos pelas reformas que venha nos dar uma decisão certa sobre o que *dis* respeito as terras e ao parceiro honesto** aqui nos temos passado uns dias amargos, por mais que temos o direito mas não podemos falar, **a policia anda com os olhos em cima** e se pedimos o direito fica como *fuchiqueiro* que já fizemos um relatório e demo de mão ao governador o tal relatório de *cauza nosso* e fomos mais oprimidos. Somos brasileiros de todos nossos coração com *inceridade* com amor a nossos filhos e tão cara está custando aqui a vida para nos. Esperamos que urgente vos fará que venha uma investigação Federal neste recanto que nossas esperanças desde dias atrás, que estamos vendo que esta de hora a instante sujeito a um caso fatal. Se formos merecedor de vossas atenção e do dirigente trabalhista, de nossa opinião

trabalhista somos *muinto* espiados e pouco valorizados, mas pedimos que não mencione nossos nomes para nos não ser *aperseguido* pode ficar *serto* do que se passa por aqui, nos fica atemorizado. Se ver tudo oque estamos passando teria certeza disto.

A carta, provavelmente escrita por trabalhador rural na condição de “parceiro”⁵, aponta a busca por melhores condições diante de uma situação precária, o alto custo de vida, e a repressão policial diante da luta por direitos. A possibilidade da Reforma Agrária se apresentava aos trabalhadores do campo “honestos” como a possibilidade de conquistar um pedaço de terra próprio, que permitisse o sustento familiar.

Os materiais analisados até então trazem a reflexão sobre a organização dos grupos diante de uma lógica de defesa das reformas de base, conforme especificado no próprio manual de organização dos grupos, bem como a defesa da ordem democrática (contra o golpe), essenciais diante da situação de ‘rendas corroídas pelo custo de vida’, índices inflacionários elevados e o declínio da economia brasileira no período. (BALDISSERA, p. 17).

Apesar das pautas apontadas por Brizola não serem bem esclarecidas para todos os que se vinculavam, a expectativa de “mudar de vida” permitia a identificação com os discursos do político nacionalista.

As severas punições e as acusações de “subversão à ordem democrática” presente nos inquéritos policiais e documentos produzidos pelo DOPS não condiziam com os objetivos e posicionamentos assumidos nas cartas e atas enviadas à Brizola. E os sujeitos, não cientes das consequências que viriam, pois estavam inseridos em uma democracia (até

⁵ O sistema de parceria diz respeito à uma forma de trabalho estruturada por contrato que envolve o uso da terra.

o estabelecimento do golpe), produziam documentos nos quais se identificavam, facilitando a ação da repressão no imediato pós-golpe.

Retomar estes documentos, possibilitando uma análise mais profunda e pautada numa historiografia crítica, permite oferecer a estes sujeitos um “consolo” diante das injustiças praticadas.

Referências

BALDISSERA, Marli de Almeida. Onde estão os grupos dos onze?: Os grupos nacionalistas na região do Alto Uruguai – RS. Dissertação (mestrado).

Universidade de Passo Fundo, Rio Grande do Sul, 2003.

BANDEIRA, Moniz. **Brizola e o Trabalhismo**. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1979.

BANDEIRA, Moniz Luiz Alberto. O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil, 1961-1964. 7ª ed, revista e ampliada. – Rio de Janeiro: Revan; Brasília, DF: EdUnb, 2001

DREIFUSS, René A. **1964: A conquista do Estado**. Ação Política, Poder e

Golpe de Classe. 3º Ed. Vozes, Petrópolis, Rio de Janeiro, 1981.

PACHECO, Diego. Ecos da Resistência: Os Grupos dos Onze e os trabalhismos em Santa Catarina (1961-1964). Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

RIGHI, Graziane Ortiz. **Leonel Brizola**: O deputado federal da Guanabara e o Golpe civil militar (1962-1964)

SERRA, Elpídio. Conflitos rurais no Paraná: Como foi que tudo começou. Bol. Geogr. Maringá, v. 28, n. 1, p. 75-89, 2010.

Fontes

Atas/ Cartas e Manual de organização dos “Grupos de Onze Companheiros” ou “Comandos Nacionalistas”: Documentos referentes aos Grupos dos Onze do Acervo da Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná (DOPS/PR), localizado no Arquivo Público do Paraná, em Curitiba. Protocolo nº: 1084-131.